



CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ/MF nº 10.965.693/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas: A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., cumprindo as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, bem como as notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

As informações apresentadas correspondem aos resultados das operações da **CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS BRASIL TRANSPORTES"), Companhia limitada que tem como atividades: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos, controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding") que possui 100% das cotas e uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar"). Desde 2009 a CS BRASIL Transportes atua na prestação de serviços para os Órgãos Públicos e Empresas de Economia Mista. Especializada e focada na otimização dos serviços de Transporte Público Municipal, Limpeza Urbana, Gestão e Terceirização de Frotas Públicas (leves e pesados) com e sem mão de obra, revenda de veículos Seminovos e Concessões. Contribuímos ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Nossas operações são resultados de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável, construindo relacionamentos de longo prazo. **Receita Bruta Total:** no comparativo consolidado de 2023 com 2022, houve uma redução de R\$ 61,9 milhões, 9%, impactado principalmente pela venda das concessões (CS Grãos do Piauí, ATU12 e ATU18) que representaram uma receita de R\$ 167,3 milhões em 2022. **Resultado Bruto:** na comparação de 2023 com mesmo período do exercício anterior, foi registrado uma redução de R\$ 19,7 milhões, ou 15%, devido a venda das concessões. **Endividamento líquido total** consolidado de R\$228,9 milhões em 2023, com prazo médio de 5 anos, junto aos órgãos públicos, contribuindo com a redução de gases poluentes, pela modernização dos veículos e caminhões, acompanhando a evolução da tecnologia ano após ano, além da atualização periódica da frota reduzindo gastos gerados com manutenções.

Mensagem da Administração

Encerramos o exercício de 2023 com um aumento de R\$ 7,2 milhões de receita líquida na prestação de serviços, comparado com 2022, com contribuição de novos contratos de locação com os órgãos públicos. Em 2023 registramos uma receita não recorrente e venda de ativos, que foi alcançada principalmente pelo desinvestimento de alguns negócios que geraram um resultado positivo de R\$ 104 milhões no comparativo com 2022. Em agosto de 2023, a CS Brasil Transportes firmou contrato de venda de sua participação no Consórcio Sorocaba e da frota de ônibus dedicada à operação. A decisão pelo desinvestimento está alinhada ao planejamento estratégico e gestão contínua do portfólio de ativos, visando maximizar o retorno sobre o capital empregado. Com uma estrutura de tomadas de decisão e planejamento estratégico moderna, alinhada às melhores práticas de mercado, a CS Brasil Transportes considera a governança corporativa um indutor de profissionalismo, inovação e concretização da Missão, Visão e dos Valores organizacionais. Possuímos uma diretoria independente e especializada nos temas de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Esta diretoria reporta o resultado do seu trabalho e das suas obrigações ao Comitê de Auditoria da SIMPAR e às demais empresas controladas que são listadas no Novo Mercado da B3, além de manter o apoio consultivo do Comitê de Ética. Alguns pilares do Programa de Conformidade, que zelam pela integridade, ética e transparência em nossos negócios: ✓ Canal de Denúncia; ✓ Linha Transparente; ✓ Gerenciamento de Riscos; ✓ Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; ✓ Política Anticorrupção - abrange um conjunto de Políticas que a Companhia entende essenciais para o efetivo combate a corrupção, são elas: • Políticas de Interação com o Poder Público; • Política de Participação em Licitação; • Política de Doações e Patrocínios; • Política de Brinde, Presente, Entretimento e Hospitalidade. Assim nossas operações resultadas de licitações públicas são realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável, construindo relacionamentos de longo prazo. Gostaríamos de expressar nossa gratidão aos nossos colaboradores, clientes, parceiros públicos e privados pelo comprometimento e dedicação nos resultados. Nosso time demonstrou alto nível de profissionalismo e trabalho em equipe, com resiliência, encontrando soluções inovadoras para garantir o cumprimento das metas, demonstrando além da competência técnica o compromisso com o orçamento previsto. Dessa forma entregamos os resultados esperados, tendo como foco a responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos. Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência, direcionando nosso crescimento com o foco na prestação de serviço, para atender o setor público no segmento de transporte em serviços públicos ou de economia mista com alto padrão de eficiência. Acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1. Principais destaques financeiros:

	Consolidado		Δ A/A %
	2023	2022	
Receita bruta	645.372	707.365	-9%
(-) Deduções da receita	(61.598)	(67.477)	9%
(=) Receita líquida	583.774	639.888	-9%
Receita líquida de prestação de serviços e locação	430.552	423.386	2%
Receita líquida de ativos desmobilizados	153.222	49.175	212%
Receita líquida carga e descarga de navios	-	64.226	-100%
Receita de Construção	-	103.101	-100%

(-) Custos totais

	Consolidado		Δ A/A %
	2023	2022	
(-) Custos totais	(475.141)	(511.527)	7%
Custos de locação e serviços prestados	(340.583)	(371.680)	8%
Custos dos ativos desmobilizados	(134.558)	(36.746)	-266%
Custos de construção	-	(103.101)	100%
(=) Lucro bruto	108.633	128.361	-15%
Margem bruta %	18,6%	20,1%	
(-) Despesas operacionais antes do resultado financeiro	(34.901)	(23.361)	-33%
Despesas administrativas e comerciais	(36.977)	(47.469)	22%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.188)	21.327	-115%
Equivalência patrimonial	5.264	2.781	-89%
EBIT	73.732	105.000	
Margem EBIT	12,6%	16,4%	
Margem EBIT s/ receita líquida de serviços	17,1%	24,8%	
(+/-) Resultado financeiro	(19.957)	(31.269)	36%
Receitas financeiras	24.036	30.273	-21%
Despesa financeiras	(43.993)	(61.542)	29%
(=) Lucro antes dos impostos	53.775	73.731	27%
Impostos e contribuições correntes	(7.704)	(4.190)	-84%
Impostos e contribuições diferidos	(9.965)	(25.761)	61%
(=) Lucro líquido	36.106	43.780	18%
Margem líquida total	6,2%	6,8%	
EBITDA	102.990	150.154	31%
Margem EBITDA	17,6%	23,5%	(25) p.p
Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços	23,9%	35,5%	(33) p.p

A **receita líquida de prestação de serviço** apresentou um aumento de R\$ 7,2 milhões no comparativo 2023 com 2022, com destaque positivo para a atividade de GTF com mão de obra e GTF Pesados, que apresenta crescimentos robustos com consistência. Os **custos totais** apresentaram uma redução de R\$ 36,4 milhões no comparativo de 2023 com 2022. Os custos e locação e serviços prestados reduziu R\$ 31,1 milhões afetado principalmente em 2023 pela venda das concessões. Os custos dos ativos desmobilizados aumentaram R\$ 97,8 milhões no mesmo comparativo, devido ao desinvestimento no Consórcio Sorocaba, pensado com a receita não operacional, gerando um resultado positivo de R\$ 18,7 milhões. O **resultado financeiro** apresentou uma melhora de R\$ 11,3 milhões no comparativo com o ano anterior, decorrentes principalmente: **Despesas financeiras** que apresentaram uma redução de R\$ 17,5 milhões por juros, encargos e fianças (empréstimos e financiamentos), e as **receitas financeiras** apresentaram também uma redução de R\$ 6,2 milhões nos rendimentos de aplicação financeira.

2. Investimentos: A Companhia tem registrado um total de investimentos consolidado de aproximadamente R\$486,4 milhões até 2023, principalmente veículos: leve (terceirização de frota) e pesado (transporte urbano de passageiros), para atender aos contratos de locação junto aos órgãos públicos.

3. Gestão de capital: A gestão de passivos em 2023 foi de suma importância, pois a Companhia segue em busca de novos investimentos e renovação dos seus ativos, atendendo as expectativas e normas de sustentabilidade, otimização de seus gastos, com o objetivo de atingir o plano de negócio estabelecido. A CS Brasil Transportes, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando, prazos e formas de pagamento que viabilizem o cumprimento do seu planejamento. Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios da Companhia.

4. Auditoria Independente: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria: Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva
João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.319	4.212	6.851	21.339	13	73.685	85.230	74.410	85.230
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	5	91.916	133.249	103.174	133.249	14	2.824	25.215	2.826	25.215
Contas a receber	6	114.580	250.183	114.490	250.183	15	14.250	16.020	14.250	16.020
Estoques		3.133	4.867	3.133	4.867	16	84	3.980	84	3.980
Tributos a recuperar	7	11.707	19.044	11.707	19.044	17	34.527	32.583	34.835	32.583
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21.2	34.709	22.836	34.807	22.835	18	21.570	9.900	21.570	9.900
Despesas antecipadas		1.646	1.492	1.973	1.508	22.1	-	453	-	453
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	8	35.393	18.323	35.393	18.323	19	3.902	14.215	3.899	14.215
Adiantamento de terceiros		4.221	1.896	4.226	1.895		171.837	203.497	172.924	203.555
Ativos para cumprimento de contratos		-	2.272	-	2.272					
Outros créditos	9 e 22.1	27.213	47.184	27.188	47.184					
		330.837	505.558	342.942	522.699					
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Instrumentos financeiros derivativos	30.4	8.717	28.100	8.717	28.100	14	79.819	79.552	79.819	79.552
Contas a receber	6	180.236	109.925	180.236	109.925	15	11.591	22.829	11.591	22.829
Tributos a recuperar	7	11.826	11.826	11.826	11.826	16	7.647	9.086	7.647	9.086
Partes relacionadas	22.1	199.427	60.227	199.427	60.227	17	490	-	490	-
Depósitos judiciais	20	4.146	4.369	4.146	4.369	30.2	29.477	47.657	29.477	47.657
Ativos para cumprimento de contratos		-	203	-	203	20.2	2.562	4.659	2.562	4.659
Outros créditos	9 e 22.1	238	305	238	305	21.1	74.638	64.673	74.638	64.673
		404.590	214.955	404.590	214.955	22.1	105.909	107.636	105.909	107.637
Investimentos	10	49.110	46.417	34.797	30.608	19	-	1.575	-	1.574
Imobilizado líquido	11	475.395	521.057	475.522	521.057		483.970	541.164	485.057	541.222
Intangível líquido	12	3.709	1.927	10.756	5.161	23.1	675.714	675.714	675.714	675.714
		932.804	784.356	925.795	771.781	23.2	1.196	1.196	1.196	1.196
		1.263.641	1.289.914	1.268.737	1.294.480	23.3	99.536	68.615	99.536	68.615
						23.4	3.225	3.225	3.225	3.225
							779.671	748.750	779.671	748.750
						23.5	-	4.009	-	4.508
							1.263.641	1.289.914	1.268.737	1.294.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos de 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	24	583.850	472.561	583.774	639.888
Custo de venda, locação e prestação de serviços	25	(339.488)	(328.362)	(340.583)	(474.781)
Custo de venda de ativos desmobilizados	25	(134.634)	(36.746)	(134.558)	(36.746)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(474.122)	(365.108)	(475.141)	(511.527)
Lucro bruto		109.728	107.453	108.633	128.361
Despesas comerciais	25	(1.516)	(1.966)	(1.516)	(1.966)
Despesas administrativas	25	(28.927)	(28.363)	(31.068)	(42.538)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	25	(4.394)	(306)	(4.394)	(2.965)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(3.186)	21.310	(3.186)	21.327
Resultado de equivalência patrimonial	10	3.768	(1.736)	5.264	2.781
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		75.473	96.392	73.733	105.000
Receitas financeiras	29	22.172	27.964	24.036	30.273
Despesas financeiras	29	(43.979)	(47.229)	(43.994)	(61.542)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		53.666	77.127	53.775	73.731
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21.2	(7.096)	(4.178)	(7.704)	(4.190)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21.1	(9.965)	(28.466)	(9.965)	(25.761)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(17.061)	(32.644)	(17.669)	(29.951)
Lucro líquido do exercício		36.605	44.483	36.106	43.780
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		36.605	44.483	36.605	44.483
Acionistas não controladores		-	-	(499)	(703)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos de 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		36.605	44.483	36.106	43.780
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		36.605	44.483	36.106	43.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos de 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.1	53.666	77.127	53.774	73.731
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(3.768)	1.736	(5.264)	(2.781)
Depreciação e amortização	26	29.251	38.900	29.258	45.154
Custo de venda de ativos desmobilizados		134.634	36.746	134.558	36.746
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos		-	-	-	(477)
Reversão de perdas demandas judiciais e administrativas		9.128	1.952		

* continuação DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	Reservas de capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido total
					Retenção de lucros	Lucros acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		595.714	80.000	1.187	24.677	-	1.540	703.118	3.947	707.065
Integralização de capital	23.1	80.000	(80.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	44.483	-	44.483	(703)	43.780
Retenção de lucros	23.3	-	-	-	43.938	(44.483)	-	(545)	-	(545)
Transações com pagamento baseado em ações	23.2	-	-	9	-	-	-	9	-	9
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	23.4	-	-	-	-	-	1.685	1.685	-	1.685
Transações de acionistas	23.5	-	-	-	-	-	-	-	4.500	4.500
Redução de minoritário em função de venda de controlada		-	-	-	-	-	-	-	(3.236)	(3.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		675.714	-	1.196	68.615	-	3.225	748.750	4.508	753.258
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	36.605	-	36.605	(499)	36.106
Retenção de lucros	23.3	-	-	-	36.605	(36.605)	-	-	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	23.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(1.075)	-	-	(1.075)	-	(1.075)
Dividendos intermediários		-	-	-	(4.609)	-	-	(4.609)	-	(4.609)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	23.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		675.714	-	1.196	99.536	-	3.225	779.671	4.009	783.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMACIONES GERAIS

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma Companhia limitada controlada direta da CS Holding e Locação S.A. ("CS Holding"), que por sua vez é controlada direta da Simpar. A sede da Companhia é na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. A Companhia é uma controlada indireta da Simpar S.A. ("Grupo Simpar") que possui 100% das cotas. A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da Companhia Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") e a Companhia controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba Concessionárias"). As concessões dos contratos do Consórcio Sorocaba têm vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028, e o contrato de concessão do BRT Sorocaba Concessionárias foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e nas datas de 09 de março de 2021 e 10 de março de 2021, foram publicadas as adjudicações das propostas de ATU 18 e ATU 12, respectivamente onde a Companhia foi a vencedora e por consequência passou a ser a controladora das sociedades de propósito específico "SPEs" ATU12 e ATU18, constituídas em 25 de março de 2021, ambas as companhias são sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Candeias - Bahia, que tem como propósito específico a construção dos dois terminais portuários no estado da Bahia. Em 26 de julho de 2021, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio Grãos do Piauí e foi assinado o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcervados"), no qual a Companhia detém 64% de participação. A partir de então foi criada a Sociedade de propósitos específicos (SPE) denominada Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia vendeu a integralidade de sua participação em 3 controladas: ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí, para a CS Infra S.A. ("CS Infra"), controlada direta da Simpar. Desta forma, a Companhia deixou de demonstrar saldo patrimonial das controladas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Em 13 de junho de 2022, a Companhia venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e, em 20 de dezembro de 2022, foi assinado o contrato de concessão para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada da Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com início em 20 de fevereiro de 2024, com a cobrança do estacionamento rotativo do Mercado Municipal Miguel Sutil, onde foram disponibilizadas 2.300 vagas, com a cobrança de R\$3,40 por hora para veículos e R\$2,00 por hora para motos. Em 02 de agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de venda de sua participação no Consórcio Sorocaba e da frota de ônibus dedicada à operação pelo valor total de R\$25 milhões. A decisão pelo desinvestimento está alinhada ao planejamento estratégico e gestão contínua do portfólio de ativos do Grupo SIMPAR, visando maximizar o retorno sobre o capital empregado. Desta forma, a Companhia deixou de demonstrar os saldos patrimoniais e resultado da controlada em sua consolidação a partir de 31 de julho de 2023. **1.1 Relação de participação em entidades controladas e controlada em conjunto:** As participações percentuais da Companhia em sua controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	2023		2022	
			Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
BRT Sorocaba Concessionárias (b)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,75	-	49,75
Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. (c)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e operação de mobiliário urbano	75,0	-	75,0	-

a) Consórcio Sorocaba: O Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") é uma Companhia em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028. A CS Brasil Transportes mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações e registra os direitos e obrigações na proporção de sua participação. A Companhia em 02 de agosto de 2023, vendeu sua participação (Nota 1). **b) BRT Sorocaba Concessionárias:** O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A. ("BRT Sorocaba") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou sua participação no BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75% mas não possui o controle. A Companhia registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial. **c) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. ("CS Mobi"):** Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. Em 31 de dezembro de 2023 a CS Mobi não havia registrado a concessão, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional: fase de capacitação dos usuários, com o veículo OCR (veículo de fiscalização) pronto, smartphones e parquímetros instalados, colaboradores capacitados para o posto de atendimento e, o mercado demolido. A Companhia iniciou a operação da cobrança do estacionamento rotativo em 20 de fevereiro de 2024. **1.2 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia:** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos em seus custos. **1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O Grupo Simpar para orientar suas controladas, desde 2022 é mantida Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação. Isso em razão de o cenário de mudanças climáticas ser considerado nas decisões e estratégias dos negócios. O Grupo também segue o determinado no Programa Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE"), de forma a contribuir com a meta pública da SIMPAR de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030 atrelada ao primeiro *Sustainability-Linked Bond* ("SLB") do setor no mundo emitido em 2021, o primeiro *Sustainability-Linked Bond* em reais com liquidações em dólares do país. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A Companhia elabora, divulga e tem auditado por terceira parte seu inventário de emissões que, constantemente aprimorado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. Além disso, a Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação ao Comitê de Sustentabilidade do Grupo Simpar são considerados como plano de atendimento do compromisso da Companhia conforme abaixo: • Os bens, equipamentos e instalações modernas que permanentemente ao longo da concessão, acompanhe as inovações do desenvolvimento tecnológico e sustentável e • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos dos veículos da frota, assim como campanha de comunicação envolvendo os clientes que utilizam a frota. O inventário de emissões é compilado e auditado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso o programa e controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* ("CDP"), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. Conseqüentemente, a CS Brasil Transportes anualmente vem renovando sua frota de veículos locados e o impacto pode ser verificado através da aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, no montante de R\$134.634 em 2023 (R\$78.241 em 2022) conforme nota 11. **1.4 Reforma Tributária sobre o consumo** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS MATERIAIS

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC"): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados no caixa e equivalente de caixa, além dos títulos e aplicações financeira (Nota 2.16) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.20. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Base de consolidação:** **a) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto:** A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. A Companhia mantém operações em conjunto no consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela

participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na proporção de sua participação. **c) Investimentos em entidades controladas em conjunto:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (joint venture). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. **d) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. **2.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Companhia, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.7 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota):** Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Companhia renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorrer, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.8 Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação aos veículos estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com o tipo de bem comprado, o valor pago, a data e o valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A Companhia adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas na nota explicativa 11. **d) Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram observados indicadores, os quais a Companhia fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.9 Intangível: 2.9.1 Softwares:** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9.2 Concessões:** A controlada CS Mobi é um contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para a revitalização das vias e logradouros públicos da região central, gestão do Mercado Municipal Miguel Sutil com implementação, operação, e manutenção de estacionamento rotativo e de mobiliário urbano, com foco na melhoria da mobilidade urbana municipal. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos com possibilidade de prorrogação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não havia registrado a concessão, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional: fase de capacitação dos usuários, com o veículo OCR (veículo de fiscalização) pronto, smartphones e parquímetros instalados, colaboradores capacitados para o posto de atendimento e, o mercado demolido. A Companhia tem previsão de entrar em operação comercial no primeiro trimestre de 2024. **2.10 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **(i) Como arrendatária:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); e • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendadora:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (nota 2.8 (d)). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.11 Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato:** A Companhia reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de exigências estabelecidas no edital e são tratados no escopo do CPC 47/IFRS15 - Receita de contrato com Cliente, apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo circulante e não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. A Companhia utiliza as principais premissas para avaliar os ativos contratuais: (a) custos atrelados diretamente ao edital ou ao contrato previsto que a entidade pode especificamente identificar, como por exemplo custos relativos a serviços a serem prestados de acordo com a renovação de contrato existente ou custos para projetar o ativo a ser transferido, de acordo com contrato específico; (b) custos que geram ou aumentam os recursos da entidade para cumprimento das obrigações de desempenho no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2023. **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ("IRPJ e CSLL"):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.**
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.13 Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.14 Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15 Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificadas ao custo amortizado, a metodologia de "impairment" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.1.a (ii) é detalhado como a Companhia determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.16 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e concessão de serviço público. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao: - Custo amortizado: quando os ativos e passivo financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e - Valor justo por meio do resultado ("VJR"): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. • **Nível 2** - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). **2.17 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia não possui estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. **2.18 Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.18.1 Receita de locação:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** locação de veículos para gestão e terceirização de frota. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente; **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2):** é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.18.2 Receita de venda de ativos desmobilizados a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** após o término do contrato de locação com seus clientes, a Companhia desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.18.3 Receita de transporte de passageiros: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** a receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.18.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana: a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos:** serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47:** é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.19 Benefícios a empregados: 2.19.1 Benefícios de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.19.2 Transações com pagamentos baseados em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.20 Capital social: 2.20.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.21 Uso de estimativas de julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 6.1; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 8; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 20.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023: • **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). **3.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isso poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não

dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; e (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	210	190	210	190
Bancos	1.178	423	1.188	714
Total de disponibilidades	1.388	613	1.398	904
CDB - Certificado de depósitos bancários	4.778	3.338	5.300	3.338
Operações compromissadas	-	-	-	16.836
Cotas de fundos	153	261	153	261
Total de aplicações financeiras	4.931	3.599	5.453	20.435
Total	6.319	4.212	6.851	21.339

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,21% a.a. (14,92 % a.a. em 31 de dezembro de 2022).

5. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos				
Fundo exclusivo Simpar TVM	91.563	81.016	102.777	81.016
Letras financeiras	353	-	397	-
Nota Promissória - Partes Relacionadas	-	52.233	-	52.233
Total	91.916	133.249	103.174	133.249

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas prefixada e pós-fixada (LTN prefixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio foi equivalente a 13,21% a.a. (13,87 % a.a. em 31 de dezembro de 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valores a receber de serviços e locações	191.822	169.983	191.821	170.296
Ativos de contrato	38.411	39.144	38.411	39.144
Partes relacionadas (nota 22.1) (i)	90.857	172.548	90.768	172.548
Outras contas a receber (nota 22.1)	-	313	-	-
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(26.274)	(21.880)	(26.274)	(21.880)
Total	294.816	360.108	294.726	360.108
Ativo circulante	114.580	250.183	114.490	250.183
Ativo não circulante	180.236	109.925	180.236	109.925
Total	294.816	360.108	294.726	360.108

(i) Em 30 de dezembro de 2023, a redução é justificada pela assunção de dívida da CS Infra (referente a compra das SPES: CS Grãos do Piauí, ATU12 e ATU18) pela Simpar que realizou aumento de capital em sua controlada CS Infra no montante de R\$ 119.820. Após a assunção da dívida, esse montante passou a ser considerado no não circulante de partes relacionadas.

6.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber:

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado				
	2023	2022	2022	2023	2022	2022		
Total a vencer	159.912	(201)	0,13	159.711	238.653	(137)	0,06	238.516
Vencidos em até 30 dias	12.248	(100)	0,82	12.148	3.652	(29)	0,79	3.623
Vencidos de 31 a 90 dias	9.309	(262)	2,81	9.047	4.585	(99)	2,16	4.486
Vencidos de 91 a 180 dias	2.506	(344)	13,73	2.162	1.405	(281)	20,00	1.124
Vencidos de 181 a 365 dias	40.013	(129)	0,32	39.884	7.371	(63)	1,13	7.288
Vencidos a mais de 365 dias (i)	97.012	(25.238)	26,02	71.774	126.322	(21.251)	16,82	105.071
Total vencidos	161.088	(26.073)	16,19	135.015	143.335	(21.743)	15,17	121.592
Total	321.000	(26.274)	8,19	294.726	381.988	(21.880)	5,73	360.108

(i) O saldo de R\$97.012 vencido acima de 365 dias, contempla R\$89.536 do saldo de 31 de dezembro de 2022, referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestados ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante. As movimentações das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(21.574)	(21.574)
(-) adições (i)	(3.294)	(3.294)
(+) reversões (i)	329	329
(+) saldos de empresas vendidas	2.659	2.659
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(21.880)	(21.880)
(-) adições (i)	(4.666)	(4.666)
(+) reversões (i)	272	272
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(26.274)	(26.274)

(i) As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota acima.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (i)	11.118	18.644	11.118	18.644
INSS (ii)	11.314	11.124	11.314	11.124
ICMS (iii)	520	520	520	520
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	581	582	581	582
Total	23.533	30.870	23.533	30.870
Ativo circulante	11.707	19.044	11.707	19.044
Ativo não circulante	11.826	11.826	11.826	11.826
Total	23.533	30.870	23.533	30.870

8. ATIVO IMOBILIZADO DISPONIBILIZADO PARA VENDA

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.848	9.147	64.995
Bens transferidos do imobilizado	21.625	-	21.625
Bens baixados por venda	(54.918)	-	(54.918)
Outras baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.555	9.147	31.702
Bens transferidos do imobilizado	163.739	2.150	165.889
Bens baixados por venda	(133.630)	(1.004)	(134.634)
Outras baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.664	10.293	62.957
Depreciação acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(24.138)	(8.647)	(32.785)
Bens transferidos do imobilizado	1.234	-	1.234
Bens baixados por venda	18.172	-	18.172
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(4.732)	(8.647)	(13.379)
Bens transferidos do imobilizado	(20.912)	(1.562)	(22.474)
Bens baixados por venda	7.775	514	8.289
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(17.869)	(9.695)	(27.564)
Saldo residual líquido:			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.823	500	18.323
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.795	598	35.393

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Partes relacionadas (Nota 22.1)	13.597	46.730	13.597	46.730
Cauções imobiliárias	-	485	-	

* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					10.2 Saldos patrimoniais e de resultado da controlada em conjunto							2023 Lucro/ líquido do período
	2022	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	2023	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos, despesas e outras receitas	
Investimentos	30.608	5.264	(1.075)	34.797	49,75	42.548	272.171	40.959	208.652	59.362	114.598	(108.852)	5.746
BRT Sorocaba	30.608	5.264	(1.075)	34.797		12.840	5.020	1.822	-	18.033	-	(1.995)	(1.995)
Total investimentos	30.608	5.264	(1.075)	34.797									5.746

	Consolidado					10.2 Saldos patrimoniais e de resultado da controlada em conjunto							2022 Lucro/ líquido do período	
	2021	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	2022	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas		Custos, despesas e outras receitas
Investimentos	26.823	498	2.781	506	30.608	49,75	35.292	254.985	31.749	197.005	61.523	128.566	(122.976)	5.590
BRT Sorocaba	26.823	498	2.781	506	30.608		17.153	950	70	-	18.033	-	33	33
Total investimentos	26.823	498	2.781	506	30.608									5.590

11. IMOBILIZADO
As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e também no comparativo de 2022 do consolidado estão demonstradas abaixo:

Custo	Controladora							Total	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Imobilizado em andamento		Direito de uso
Saldos em 31 de dezembro de 2021	524.819	36.965	7.563	1.133	3.288	400	31.567	244	605.980
Adições	73.029	97	-	1.166	1.240	1.146	6.081	567	83.326
Transferências	730	-	1.710	-	(894)	(1.546)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(21.625)	-	-	-	-	-	-	-	(21.625)
Baixa de ativos e outros (i)	(1.994)	-	-	-	-	-	(88)	-	(2.082)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	574.959	37.062	9.273	2.299	3.634	37.560	811	665.598	
Adições	134.634	-	-	534	73	-	7.113	230	142.732
Transferências	11.490	(12.785)	1.428	(72)	(124)	-	-	-	63
Transferência para bens destinados a venda	(163.739)	(2.150)	-	-	-	-	-	-	(165.889)
Baixa de ativos e outros (i)	(1.246)	(634)	-	(166)	(261)	-	(80)	(957)	(3.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	556.098	21.493	10.701	2.595	3.322	7.113	37.710	65	639.097
Depreciação acumulada	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Despesa de depreciação no período	(29.255)	(1.818)	(652)	(222)	(313)	-	(6.332)	(70)	(38.662)
Transferência para bens destinados a venda	(1.234)	-	-	-	-	-	-	-	(1.234)
Baixa de ativos e outros (i)	229	-	-	-	-	-	88	(2)	317
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(82.624)	(27.227)	(6.271)	(840)	(1.610)	-	(25.816)	(153)	(144.541)
Despesa de depreciação no período	(20.912)	(1.562)	(629)	(358)	(304)	-	(4.808)	(40)	(28.613)
Transferências	(8.330)	7.618	668	52	55	-	-	(63)	-
Transferência para bens destinados a venda	7.775	514	-	-	-	-	-	-	8.289
Baixa de ativos e outros (i)	435	329	-	8	198	-	-	193	1.163
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(103.656)	(20.328)	(6.232)	(1.138)	(1.661)	-	(30.624)	(63)	(163.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	492.335	9.835	3.002	1.459	2.024	-	11.744	658	521.057
Saldos em 31 de dezembro de 2023	452.442	1.165	4.469	1.457	1.661	-	7.113	2	475.395
Taxa média de depreciação no período	4,74%	14%	8%	20%	10%	-	12%	20%	-

Custo	Consolidado							Total	
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso		Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2021	526.255	36.965	7.563	1.133	3.288	1.779	31.567	244	608.795
Adições	75.224	2.287	-	1.284	2.067	3.472	6.081	565	90.980
Transferências	730	-	5.415	-	(894)	(5.251)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(21.625)	-	-	-	-	-	-	-	(21.625)
Baixa de ativos e outros (i)	(2.073)	-	(3.705)	-	-	-	(88)	-	(5.866)
Baixa decorrente de alienação de empresas	(3.551)	(2.190)	-	(117)	(827)	-	-	-	(6.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	574.960	37.062	9.273	2.300	3.634	37.560	809	665.599	
Adições	134.634	-	-	618	106	-	6.958	230	142.694
Transferência para bens destinados a venda	(163.739)	(2.150)	-	-	-	-	-	-	(165.889)
Baixa de ativos e outros (i)	(1.459)	(454)	-	(166)	(261)	-	(80)	(957)	(3.377)
Baixa decorrente de alienação de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	544.396	34.458	9.273	2.752	3.479	6.958	37.710	65	639.027
Depreciação acumulada	(52.364)	(25.409)	(5.619)	(618)	(1.297)	-	(19.572)	(83)	(104.962)
Despesa de depreciação no período	(29.443)	(1.951)	(652)	(227)	(313)	-	(6.332)	(70)	(38.988)
Transferência para bens destinados a venda	(1.234)	-	-	-	-	-	-	-	(1.234)
Baixa de ativos e outros (i)	229	-	-	-	-	-	88	(2)	315
Baixa decorrente de alienação de empresas	188	133	-	6	-	-	-	-	327
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(82.624)	(27.227)	(6.271)	(839)	(1.610)	-	(25.816)	(155)	(144.542)
Despesa de depreciação no período	(20.912)	(1.562)	(629)	(359)	(305)	-	(4.808)	(45)	(28.775)
Transferência para bens destinados a venda	7.775	514	-	-	-	-	-	-	8.289
Baixa de ativos e outros (i)	771	329	-	8	195	-	-	195	1.498
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(94.990)	(27.946)	(6.900)	(1.190)	(1.720)	-	(30.624)	(5)	(163.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	492.336	9.835	3.002	1.461	2.024	-	11.744	654	521.057
Saldos em 31 de dezembro de 2023	449.401	6.51s2	2.373	1.562	1.759	6.958	7.086	(5)	475.652
Taxa média de depreciação no período	4,74%	14%	8%	20%	10%	-	12%	-	-

11.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado: Parte dos ativos foi adquirida pela Companhia por meio de arrendamentos substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

Custo - arrendamento mercantil capitalizado	Controladora			Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	51.235	64.799	51.235	64.799		
Depreciação acumulada	(16.077)	(15.406)	(16.077)	(15.406)		
Saldo contábil, líquido	35.158	49.393	35.158	49.393		

Custo	Controladora						Consolidado					
	Softwares	Outros	Total	Ágio (i)	cessão (ii)	Intangível em andamento	Softwares	Outros	Total	Ágio (i)	cessão (ii)	Intangível em andamento
Em 31 de dezembro de 2021	3.654	1.750	5.404	2.285	-	26.750	3.654	1.750	34.439	2.080	-	533.115
Adições	279	-	279	-	-	531.035	2.080	-	533.115	-	-	-
Baixas	(1.750)	(1.750)	-	-	(75)	(1.750)	(1.750)	(1.825)	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	509.245	(509.245)	-	-	-	-	-	-
Baixas por venda de empresas	-	-	-	-	(509.245)	(48.465)	(852)	(558.562)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	3.933	-	3.933	2.285	-	4.882	-	7.167				
Adições	2.454	-	2.454	-	-	4.763	-	2.454	7.217	-	-	-
Baixas	(102)	-	(102)	-	-	(102)	-	(102)	-	-	-	-
Baixas por venda de empresas	-	-	-	-	-	(949)	-	(949)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	6.285	-	6.285	2.285	4.763	-	6.285	-	13.333			

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Moeda nacional	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2023			Movimentação			Controladora			Consolidado		
					Circulante	Não circulante	Total	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Despesa de captação	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
CCBs (iv)		3,16%	CDI + 3,16%	jul/23	-	-	-	(20.000)	(1.194)	925	76	20.193	-	-	20.193	
NCs (v)		2,50%	CDI + 2,50%	set/25	2.824	79.819	82.643	-	(12.587)	12.219	263	3.196	79.552	82.748		
CCBs (iv)		-	PRÉ	-	-	-	-	(1.826)	-	-	-	1.826	-	-	1.826	
					2.824	79.819	82.643	(21.826)	(13.781)	13.144	339	25.215	79.552	104.767		

Modalidade	Moeda nacional	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2022			Movimentação			Controladora			Consolidado		
					Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
CCBs (iv)		17,24%	CDI + 3,06%	jul/23	20.193	-	20.193	-	(30.000)	(5.113)	5.011	30.365	19.930	50.295		
NPs (ii)		16,81%	CDI + 1,50%	set/22	-	-	-	(74.500)	(17.068)	8.373	83.187	8	83.195			
CDCs (iii)		17,05%	CDI + 2,99%	jul/22	-	-	-	(1.290)	(13)	52	1.251	-	1.251			
NCs (v)		16,49%	CDI + 2,50%	set/25	3.196	79.552	82.748	80.000	-	2.748	-	-	-			
CCBs (iv)		16,63%	PRÉ	mar/23	-	-	-	-	-	163	-	-	-			
					25.215	79.552	104.767	81.663	(105.790)	(22.194)	16.347	114.803	19.938	134.741		

(i) FNE referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa do Grupo. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso; (ii) NPs se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromisso: manutenção de índices financeiros. A Companhia utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar. (

* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Títulos e valores mobiliários (nota 7)		Contas a receber (nota 6)		Partes relacionadas		Ativo Outros créditos (nota 9)		Fornecedores (nota 13)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Consolidado Passivo Outras contas a pagar (Nota 19)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	ATU 12	-	-	1	78	-	-	32	1.959	1	-	-	-	-	-	-
ATU 18	-	-	925	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Brasileiro Cred. S.A.	-	-	176	176	-	-	-	-	204	172	-	-	-	-	-	124
Ciclus Ambient Brasil S.A.	-	52.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	454	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	2.876	3.722	-	-	1.578	19.356	15.128	4.426	-	-	-	-	268	647
CS Brasil Participações	-	-	94	79	-	-	11.036	11.475	5.263	1.778	-	-	-	-	-	138
CS FINANCE (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.909	107.636	-	-	-
CS HOLDING	-	-	66.677	-	-	57.441	14	-	-	-	1.050	-	-	-	-	-
CS Infra S.A.	-	-	180	119.816	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Mobi Cuiabá	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grãos do Piauí	-	-	80	48	76.764	-	-	289	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL S/A	-	-	6.933	18.512	-	-	686	919	2.193	7.713	-	-	-	-	33	421
Medlogística Pres. Ser. Log.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogipassis	-	-	-	53	-	-	-	123	-	129	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob. Transport.	-	-	10.874	22.805	2.000	2.000	10	1.812	9	13.106	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. Veic. Premium	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Movida Loc. de Veic. S.A.	-	-	-	107	-	-	-	3	100	697	16.448	-	-	-	-	1
Movida Participações S/A	-	-	-	51	-	-	-	2	10	-	54	-	-	-	68	6
Original Locad. Veic. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	259	2.916	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	-	-	30	124	-	-	-	-	1	37	-	-	-	-	25	1
Ponto Veículos S.A.	-	-	-	202	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	56	25	(65)	-	-	-	-	-	4
SIMPAP S/A (b)	-	-	1.260	17	119.820	-	-	1.879	1.240	2.381	-	-	-	-	62	1.859
TPG	-	-	1	5.030	-	-	4	1.981	-	6.560	-	-	-	-	-	1.394
Transrio Caminhões Ônibus	-	-	-	-	-	-	11	-	120	190	-	-	-	-	51	47
TransMoreno Transp. e Logist.	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. S.A.	-	-	285	738	-	-	3	1.213	4.133	3.270	-	-	-	-	-	-
Yolanda Logística, Armazém	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1
Serveng	-	-	-	-	843	786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Areatec	-	-	-	-	-	-	180	180	-	-	-	-	-	-	-	-
Quataí	-	-	-	283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Joseense	-	-	-	672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga	-	-	376	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promulti	-	-	-	-	-	-	-	4.416	-	-	-	-	-	-	-	-
FBS	-	-	-	-	-	-	-	94	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	20	-	-	-	867	16	10	-	-	-	-	-	-
Total	-	52.233	90.768	172.548	199.427	60.227	13.597	46.730	29.322	59.168	-	1.050	105.909	108.090	507	4.644
Circulante	-	52.233	90.768	172.548	-	-	13.597	46.730	29.322	59.168	-	1.050	-	-	507	4.644
Não circulante	-	-	-	-	199.427	60.227	-	-	-	-	-	-	105.909	108.089	-	-
Total	-	52.233	90.768	172.548	199.427	60.227	13.597	46.730	29.322	59.168	-	1.050	105.909	108.089	507	4.644

(a) Mútuo entre CS Finance e CS Brasil Transportes para cobertura dos títulos de dívidas emitidos no mercado internacional (bond), denominados em moeda corrente nacional (R\$), no valor total de R\$100.000, remunerados à taxa de 13,04% do CDI ao ano e com vencimento em 12 de fevereiro de 2028 e (b) Partes relacionadas da Simpar com a CS Brasil, decorrente de assunção de dívida, conforme nota 6. **22.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado:** As transações entre partes relacionadas se referem a: (i) Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as Companhias, por valores equivalentes de mercado, cujas especificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento; (ii) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras; (iii) Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado; (iv) A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as Companhias da Companhia Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais e (v) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com Companhias do Grupo Simpar. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato.

	Controladora				Consolidado											
	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda ativos		Custo na venda de ativos		Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Outras receitas (despesas) operacionais		Receita financeira		Despesa financeira	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Transações eliminadas no resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 12	-	-	-	(4.238)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATU 18	-	-	-	4.238	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Frotas	94	977	-	(4.847)	161	207	-	(207)	(268)	127	(161)	(1.965)	-	-	-	-
CS Participações	-	-	-	(1.388)	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
CS Holding	-	-	-	-	166	-	-	-	-	-	615	-	-	11.884	-	-
CS Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070)	-	(2.402)	-
BBC Pagamentos	-	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL	-	9.703	80	-	-	-	-	-	(3)	242	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	1.267	(1.267)	(290)	-	(9)	-	282	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	44	-	-	-	290	-	-	-	-	-	-	2.005	-	-	-	-
Vamos Locações de Caminhões, Máq. e equip.	-	267	7	-	-	-	-	-	14	(233)	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob. Transp. de Passageiros Ltda.	-	-	17	(17)	-	-	-	-	(4)	1	-	-	-	-	-	-
Mogipassis Comércio de bilhetes Eletrônicos	-	80	7	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	3	(150)	-	-	(8)	-	(294)	17	-	-	-	-	-	-
SIMPAP	-	64	-	-	-	-	-	-	3	(505)	-	(1)	-	-	-	-
Ribeira Imóveis	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TransMoreno Transp. e Logist.	-	-	(16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões e Ônibus, máq. e equip.	-	-	-	(1.075)	-	-	(21)	-	(34)	-	-	-	-	-	-	-
TPG - Transporte de Passageiros Ltda.	-	2.326	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
JSL Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	(25)	(329)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	(69)	-	-	-	-	(3)	(12)	-	24	-	-	-	-
Total	144	13.417	77	(7.875)	327	1.764	(29)	(1.764)	(588)	(364)	454	345	(1.070)	11.884	-	(2.402)

22.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis: O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), Companhia sob controle comum. O valor dos aluguéis reconhecidos no resultado no exercício findo em 31/12/2023 foi de R\$5.695(R\$5.210 no exercício findo em 31/12/2022). Os contratos tem condições linhadas com as práticas do mercado e tem vencimentos até 2035.

22.4 Centro de serviços administrativos: O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as Companhias usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e BackOffice. Para o exercício de 2023 foi de R\$5.110 no consolidado (R\$8.247 em 2022).

22.5 Remuneração dos administradores: A Administração da Companhia é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	2023	2022	Preço médio do período (R\$)
Remuneração fixa	2.103	2.062	-
Remuneração variável	1.277	1.989	8,59
Benefícios	35	57	-
Remuneração baseada em ações	342	1.108	-
Total	3.757	5.216	8,59

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora indireta Simpar S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 23.2. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital social: O capital social da Companhia, mantido pela CS Holding com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado no fim dos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 675.714, dividido em 675.714.248 quotas, sem valor nominal mentido pela atual controladora CS Holding e Locação S.A.

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	595.714	595.714.248
Aumento de capital (i)	80.000	80.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	675.714	675.714.248
Aumento de capital	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	675.714	675.714.248

(i) Em 01 de junho de 2022, o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 29 de dezembro de 2021, foi utilizado para integralização do capital social, mediante aprovação em assembleia de acionistas. A Companhia aumentou seu capital na importância de R\$80.000 mediante a criação de 80.000.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, mediante aprovação em assembleia de acionistas. **23.2 Reserva de Capital: a) Transações com pagamentos baseados em ações:** i. Plano de opções de ações da Simpar: Os Planos da CS Transportes para opção de ações da Simpar são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Companhia, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Sociedade do preço de exercício pelo beneficiário. O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As opções outorgadas nos planos vigentes em 2022 foram exercidas, e para o ano de 2023 não houve plano para essa modalidade de opções de ações.

Plano	Ano da outorga	Qtd. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Volatilidade	Tx. de jrs. livre risco	Dividendos esperado	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
IV	2020	20.449	4	R\$ 5,							

* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Em exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os reportáveis da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento				
Receita de transporte de passageiros	32.425	50.890	32.349	50.890
Receita de locação - GTF Leves	60.603	83.854	60.603	83.854
Receita de locação - GTF Pesados	316.434	270.343	316.434	270.343
Receita de locação - GTF MO	20.974	18.299	20.974	18.299
Receita de construção	-	-	-	103.101
Receita de carga e descarga de navios e serviços acessórios	-	-	-	64.226
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	430.436	423.386	430.360	590.713
Receita de venda de ativos desmobilizados	153.414	49.175	153.414	49.175
Receita líquida total	583.850	472.561	583.774	639.888
Tempo de reconhecimento de receita				
Produtos transferidos em momento específico no tempo	185.839	100.065	185.763	100.065
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	398.011	372.496	398.011	539.823
Receita líquida total	583.850	472.561	583.774	639.888

25. GASTOS POR NATUREZA
As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo/despesas com frota (iv)	(12.504)	(10.789)	(12.505)	(10.790)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(134.634)	(36.746)	(134.558)	(36.746)
Pessoal e encargos	(193.784)	(176.200)	(195.332)	(182.815)
Agregados e terceiros	(131)	(174)	(131)	(174)
Depreciação e amortização	(29.251)	(38.900)	(29.250)	(45.154)
Peças, pneus e manutenções	(40.339)	(34.252)	(40.340)	(34.719)
Combustíveis e lubrificantes	(57.180)	(67.924)	(57.181)	(67.934)
Comunicação, propaganda e publicidade	(175)	(425)	(198)	(677)
Prestação de serviços	(20.387)	(16.586)	(21.209)	(20.361)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(4.394)	(306)	(4.394)	(2.965)
Provisão e indenizações judiciais para demandas judiciais e administrativas (viii)	(9.128)	(9.806)	(9.128)	(9.806)
Infraestrutura de filiais (água, esgoto, luz, manutenções etc.)	(12.553)	(7.742)	(12.892)	(7.742)
Aluguel de imóveis	2.503	3.828	2.403	3.634
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	(6.435)	(7.250)	(6.464)	(7.298)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (i)	19.944	26.024	19.944	28.531
Crédito de impostos extemporâneos (iii) e (viii)	182	477	182	477
Aterro sanitário	(9)	-	(9)	-
Viagens	(377)	(638)	(559)	(638)
Ganho em alienação de investimento (vii)	5.494	-	5.494	-
Impostos e taxas diversos (vii)	(19.133)	(29)	(19.157)	(29)
Custo de construção de concessões (vi)	-	-	-	(103.102)
Outras receitas (custos) (viii)	(146)	3.005	(14)	(39.361)
	(512.145)	(374.433)	(515.306)	(537.669)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(339.488)	(328.362)	(340.583)	(474.781)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(134.634)	(36.746)	(134.558)	(36.746)
Despesas comerciais	(1.516)	(1.966)	(1.516)	(1.966)
Despesas administrativas	(28.927)	(28.363)	(31.068)	(42.538)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(4.394)	(306)	(4.394)	(2.965)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas (viii)	(3.186)	21.310	(3.187)	21.327
	(512.145)	(374.433)	(515.306)	(537.669)

(i) O Crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas; (ii) Inclui saldo de aluguel de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício; (iii) Durante o exercício de 2023, a CS Brasil Transportes reconheceu créditos extemporâneos relacionados a PIS/COFINS sobre créditos do ativo imobilizado, relativos a rateio proporcional entre receitas cumulativas/não cumulativas versus critério de apropriação direta dos créditos do PIS/COFINS; (iv) Inclui insumos dos bens ou serviços considerados essenciais ao processo da Companhia; (v) Inclui IPVA sobre frota de veículos pedagógico, seguro obrigatório e outros, multa de trânsito, licenciamentos, despesas de cartório etc.; (vi) Em 2022, a Companhia detinha investimentos nas concessões ATU12, ATU18 e CS Grãos Piauí, onde os custos de construção foram consolidados, e em 31 de dezembro de 2022 foram vendidas para a CS Infra. (vii) Baixa de crédito extemporâneo de PIS/COFINS, no montante de R\$16.986. (viii) Outras receitas/despesas líquidas está composta pelas indenizações demandas judiciais, ganhos na alienação de bens e baixa de crédito extemporâneo.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	13.097	15.590	14.961	17.899
Receita de variação monetária	8.742	12.292	8.742	12.292
Juros recebidos	64	82	64	82
Outras receitas financeiras	269	-	269	-
Receita financeira total	22.172	27.964	24.036	30.273
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(13.144)	(16.347)	(13.144)	(16.364)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	(4.139)	(7.072)	(4.139)	(7.072)
Despesas com captações de dívidas	(399)	(915)	(399)	(915)
Resultado na apuração dos swaps, líquido	(11.714)	(9.087)	(11.714)	(9.087)
Despesa total do serviço da dívida	(29.396)	(33.421)	(29.396)	(33.438)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(1.040)	(1.248)	(1.040)	(15.385)
Juros passivos	(12.115)	(12.108)	(12.115)	(12.218)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(146)	(64)	(146)	(72)
Encargos sobre transações financeiras	(1.095)	-	(1.095)	-
Outras despesas financeiras	(187)	(388)	(202)	(429)
Despesa financeira total	(43.979)	(47.229)	(43.994)	(61.542)
Resultado financeiro líquido	(21.807)	(19.265)	(19.958)	(31.269)

27. ARRENDADOR OPERACIONAL

A Companhia possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2028. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
	CS Transportes	315.934	69.939	26.826	26.826	17.988
Total	315.934	69.939	26.826	26.826	17.988	457.513

Empresa	Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nominal	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Controladora e consolidado	
									Saldo da dívida protegida em 2023	Pelo custo amortizado
CS Finance	Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré x CDI	R\$ 100.000	fev/28	Pré	163,81% CDI	(109.496)	(112.128)
									(109.496)	(112.128)

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Valor de nocional	Ativo	Passivo
Total		8.717	(29.477)

Modalidade	Taxa	Estrutura	Venci-	Controladora e Consolidado	
				2023	Movimentação 2022
Em moeda nacional					
MTM Swap - Bond	11%	PREFIXADO	fev/28	(8.717) (8.717) 19.383	- - (28.100) (28.100)
				(8.717) (8.717) 19.383	- - (28.100) (28.100)

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023
	Valor contábil	Fluxo
Swap Ativo	112.128	143.000
Swap Passivo	(141.605)	(166.992)
Total Geral	(29.477)	(23.992)

	Controladora e Consolidado	
	1 - 6 meses	7 - 12 meses
Swap		
Ponta ativa	112.128	143.000
Ponta passiva	(141.606)	(166.992)
	(29.478)	(23.992)

c) Risco de liquidez: A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2023
Passivos financeiros				
Fornecedores	73.685	73.685	73.685	-
Empréstimos e financiamentos	82.643	97.450	10.227	87.223
Instrumentos financeiros derivativos	29.477	23.992	-	10.809
Arrendamentos a pagar	25.841	26.181	14.557	11.624
Arrendamentos por direito de uso	7.731	18.699	5.439	1.723
Partes relacionadas	105.908	105.908	-	105.908
Outras contas a pagar	3.901	3.901	-	-
Total	329.186	349.816	107.809	217.287

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2023
Passivos financeiros				
Fornecedores	74.410	74.410	74.410	-
Empréstimos e financiamentos	82.645	97.450	10.227	87.223
Instrumentos financeiros derivativos	29.477	23.992	-	10.809
Arrendamentos a pagar	25.841	26.181	14.557	11.624
Arrendamentos por direito de uso	7.731	18.699	5.439	1.723
Partes relacionadas	105.909	105.909	-	105.909
Outras contas a pagar	3.899	3.899	-	-
Total	329.912	350.539	108.532	217.288

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
28.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas adotadas pela Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado		Categoria	
	2023	2022	2023	2022		
ATIVO (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	1.388	1.388	613	613	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	4.931	4.931	3.599	3.599	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 1	91.916	91.916	133.249	133.249	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		294.816	294.816	360.108	360.108	Custo amortizado
Partes relacionadas		122.663	122.663	60.227	60.227	Custo amortizado
Depósitos judiciais		4.146	4.146	4.369	4.369	Custo amortizado
Outros créditos		91.206	91.206	47.489	47.489	Custo amortizado
TOTAL		611.066	611.066	609.654	609.654	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		73.685	73.685	85.230	85.230	Custo amortizado
Imposto de renda e contribuição social a recolher		82.643	82.643	104.767	104.767	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		105.908	105.908	108.089	108.089	Custo amortizado
Arrendamentos a pagar		25.841	27.671	38.849	38.849	Custo amortizado
Arrendamentos por direito de uso		7.731	8.565	13.066	13.066	Custo amortizado
Outras contas a pagar		3.901	3.901	15.790	15.790	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	29.477	29.477	47.657	47.657	Valor justo por meio do resultado
TOTAL		329.186	331.850	413.448	413.448	

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1ª	2ª	3ª	5ª	10ª
Taxa (a.a.) - %	11,65	11,12	10,46	9,77	9,60	9,79	10,27

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2023

28.2 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. a) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("B") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Nomenclatura	Qualidade	Rating em Escala Local "B"		Rating em Escala Global "G"			
		1M	6M	1ª	2ª	3ª	5ª
Br AAA	Prime	G AAA	Prime				
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado				
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado				
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo				
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo				
Br B+, B, B-	Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Altamente Especulativo				
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo				

★ continuação

CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e quotistas

CS Brasil transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia, e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Barueri, 29 de abril de 2024

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora - CRC 1SP222241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>